Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, 14 DE MAIO DE 1956

PELA RÊDE DE RADIODIFUSÃO DA "VOZ DO BRASIL", SÔBRE PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.

323 Cheguei ao govêrno com duas preocupações fundamentais: de um lado, o combate à inflação, o empenho

para conter a alta dos preços e melhorar as condições de vida do povo; do outro lado, a utilização, a industrialização, o aproveitamento ao máximo das nossas riquezas para a emancipação econômica do Brasil. E entre essas riquezas, no lugar chave e primordial, se encontra o problema do petróleo. Desde a instalação do govêrno, mês a mês, dia a dia, hora a hora, venho me preocupando com êsse problema como se estivesse empenhado na própria independência do país. E não o faço apenas de dentro do Palácio do Catete. Há quinze dias estava na Amazônia, nas zonas pretrolíferas da região, tudo vendo de perto e conhecendo diretamente para melhor cuidar e assistir com as providências governamentais. Na última semana, estava na Bahia, numa segunda visita aos locais de pesquisas e operação da Petrobrás. E trago algumas impressões e notícias para transmitir ao povo brasileiro.

Dois Estados do Brasil, Bahia e Sergipe, já não 324
consomem gasolina estrangeira. A refinaria de Mataripe abastece o norte de Minas e envia seus produtos para o pôrto de Vitória. Por sua vez, o petróleo extraído do território baiano não só se tornou suficiente para sustentar tôda a produção da refinaria de Mataripe como ainda sobra em excedentes ponderáveis para as refinarias do Sul.

Mas aqui está a notícia auspiciosa por excelência 325
para o povo brasileiro: inaugurei o oleoduto de Catu a Candeias, o mais extenso do Brasil, com cinqüenta quilômetros, e com outras ampliações em curso acelerado; um grande aumento da produção de petróleo nacional se vai verificar, segundo previsões rigorosamente objetivas e exatas. Produzimos, no ano passado, dois milhões de barris de petróleo. E isso significou: dez dias do consumo do Brasil. Graças às ampliações da indústria petrolífera que estamos realizando, a Petrobrás, produzirá, neste ano de 1956, mais de cinco milhões e quinhentos mil barris. E isto significa: um mês do consumo do Brasil. Em dinheiro, em resguardo

de cambiais tão escassas e tão necessárias para a importação de outros produtos, a produção brasileira de petróleo durante êste ano se traduz numa economia de cêrca de dezessete milhões de dólares. E com as providências do govêrno e da Petrobrás, dentro de uma avaliação prudente e até timorata, exatamente com o cuidado de não cometer nenhum êrro de cálculo por excesso, podemos afirmar que estaremos produzindo, no fim do ano de 1957, quinze milhões de barris. E isto significará: três meses de consumo no Brasil, traduzindo uma economia anual de mais de cinqüenta milhões de dólares.

326 Fazemos êstes cálculos promissores, embora realistas, contando exclusivamente com os campos da Bahia. Mas as pesquisas continuam na Amazônia, no Maranhão, no Paraná, no Ceará. E de acôrdo com os exames e as conclusões dos geólogos, os campos da Amazônia devem ser mais ricos, encerram maiores possibilidades de riqueza petrolífera do que a de vários campos dos Estados Unidos da América.

327 Defrontamo-nos no momento com um problema: o dos técnicos, com que não contamos em número suficiente. Estamos a contratá-los na Europa e nos Estados Unidos da América. A competência, a segugurança e a eficiência dos técnicos são fatôres decisivos no problema de identificar e fixar os verdadeiros pontos de perfuração, sem o que a pesquisa do petróleo se torna uma aventura dispendiosa e incerta. E juntamente com essas equipes humanas que nos preocupa constituir, estamos providenciando a aquisição de um número suficiente de sondas para acompanhar o trabalho dos geólogos.

328 Ao lado desta breve exposição sôbre o petróleo nacional, inspirada pelas recentes viagens à Amazônia e à Bahia, sinto agora que é o momento de apresentar o quadro de algumas das minhas realizações e providências como presidente da República, de acôrdo com

a promessa de governar de portas abertas, sem nada esconder ou disfarçar, mas também com o ânimo de não ficar na defensiva, nem fechar-me em silêncio, para que não permaneçam no ar injustiças por demais pesadas e não se corporifiquem incompreensões que podem ser ainda mais perigosas para a sobrevivência do regime do que para o conceito e popularidade do govêrno.

Pois bem: é em nome de uma realidade complexa 329
em si mesma, em nome da verdade e da justiça, em suma, que vos afirmo: o govêrno está agindo, o chefe da nação enfrenta resoluto tôdas as dificuldades; o govêrno está vigilante e operoso, o presidente da República permanece agressivo na sua disposição de solucionar os problemas. Quero proclamar, sem vaidade, mas consciente do meu papel e dos meus trabalhos, que o govêrno está na vanguarda do estudo e da execução de providências dentro em breve visíveis em resultados para a economia nacional e para as condições de vida do povo. Para isso demonstrar, não me utilizarei de nenhum jôgo verbal, nem de qualquer recurso de retórica. Vou valer-me de argumentos, fatos, informações, dados concretos, que serão hoje a minha única figura de eloqüência, mesmo porque não me acho animado de outra paixão que não seja a verdade, imune, como sempre, de qualquer ressentimento como de qualquer preocupação em revidar com agravos a doestos.

Antes de tudo — e isto é fundamental — quero 330
que o povo, para continuar a honrar-me com sua confiança, se fortifique nesta convicção: fiz um plano e um programa de govêrno para cinco anos, e não para cinco meses, e me sinto com bastante autoridade, energia e espírito de luta para garantir ao meu govêrno a duração constitucional de cinco anos, podendo ficar certo o povo de que êle não cairá na voragem dos governos marcados pela precariedade e pela instabilidade. Farei o meu encontro de contas definitivo com o povo brasileiro dentro de cinco anos, e foi isto que lhe prometi tantas

vêzes na campanha eleitoral. Mas não temo apresentar-me agora para uma prestação de contas, expondo, embora sucintamente, alguma coisa do que foi diligenciado nestes três meses, numa série de providências e realizações que talvez nenhum outro govêrno tenha ordenado e concretizado em tão exíguo período.

331 Para começar, e como elemento essencial para o julgamento do povo, desejo antecipar uma explicação com um quadro concreto da realidade. Entre a data da minha eleição e a data da minha posse, circunstâncias e fatôres novos surgiram, alheios e independentes da minha vontade, forçando uma revisão dos meus planos quanto ao tempo e colocando sôbre o meu govêrno responsabilidades e dificuldades que não estavam previstas. O *deficit* orçamentário, calculado em apenas meio bilião de cruzeiros, elevou-se a vinte e nove biliões, com as leis de aumentos de vencimentos dos servidores da União, e assim se agravaria, caso o govêrno não se decidisse a agir com prontidão e firmeza para contrabalançá-lo. Se o govêrno cruzasse os braços e pusesse a funcionar displicentemente a máquina de fabricar papel-moeda, isto, sim, provocaria um surto inflacionário de altura desconhecida até então e de conseqüências imprevisíveis. Felizmente temos recursos para evitar essa catástrofe, recursos que estamos aplicando com as precauções necessárias, a fim de que não sofram grandes abalos os setôres produtivos da economia nacional. É verdade que o combate ao *deficit* orçamentário, como um dos recursos de base da luta contra a inflação, não pode ser feito senão com medidas algumas delas antipáticas e constrangedoras. Não é suficiente, por exemplo, que adotemos um duro regime de portas fechadas ao empreguismo e um rigoroso contrôle de gastos das verbas orçamentárias, como já o fizemos dentro de uma orientação de rígida austeridade e de intransigente defesa dos dinheiros públicos. Somos forçados ainda a protelar despesas de obras e a fazer economias em novos investimentos. Não é su-

ficiente que procuremos arrecadar com severidade e combater a sonegação de tributos, mas somos obrigados também a enfrentar o problema de reajustamento de tarifas das autarquias industriais, determinado, aliás, pelo Congresso Nacional, a fim de que elas cubram um pouco mais os seus prejuízos, evitando-se novas emissões, ao mesmo tempo fonte, causa e resultado no aceleramento do ritmo inflacionário.

Não estou, porém, empenhado apenas nessas me- 332
didas que chamaria de defesa, na verdade de legítima defesa do Estado, do govêrno e do povo. Estamos empenhados em avançar, impulsionando soluções positivas, determinando providências geradoras de riqueza para o país e bem-estar para o povo.

Não vou enumerar as medidas de emergência que 333
temos tomado para evitar falhas graves no abastecimento e no escoamento de gêneros alimentícios, medidas já proclamadas em documentos outros firmados por mim e também por auxiliares diretos do presidente da República. Mas desejo pedir a atenção do povo para êste aspecto da situação: muitas falhas não se verificaram, como nesta mesma época em anos anteriores, no abastecimento e no escoamento da produção, provocando carência e aumento de preço nos gêneros alimentícios, porque o govêrno acudiu em tempo com medidas adequadas e satisfatórias. E é preciso colocar no ativo do govêrno não apenas o bem que êle realiza, mas o mal e os prejuízos que evita, o que é também uma outra forma de realizar o bem no interêsse do povo.

E êsse ativo é considerável e está à vista. Posso 334
agora anunciar, como prometi em discursos de candidato e no meu primeiro discurso de presidente da República, que encontramos solução para um problema de emergência destinado a repercutir efetivamente na melhoria do custo de vida e portanto da economia popular; a construção imediata de silos e armazéns no Rio Grande do Sul, Paraná e outros Estados, com pro-

veito para tôda a nação. O financiamento recente concedido ao govêrno do Rio Grande do Sul para imediata concretização de um plano bem elaborado de silos e armazéns é uma realização indiscutível do meu govêrno, pois há mais de dois anos vinha o Rio Grande se debatendo nesse projeto sem sucesso. Agora, com apenas três meses do meu govêrno, já se resolveram definitivamente os problemas surgidos, assegurando-se a plena realização do empreendimento.

335 Para avaliar do significado dessa obra, que marca uma etapa importante da nossa luta contra a miséria, será bastante acrescentar que a existência de silos e armazéns no sul do país significará uma poupança de trezentas mil toneladas, seja, um bilião seiscentos e sessenta milhões de cruzeiros por ano de cereais, especialmente o trigo e o milho, percentagem essa que se perde apodrecendo ou minguando de pêso específico nas estações ferroviárias por deficiência de silagem e armazenamento.

336 A economia que fará o país com êsse empreendimento em um ano cobre com saldo o custo da construção. Além disso, facilitará o transporte ferroviário e marítimo, possibilitando inclusive a eliminação do chamado passeio do trigo, de tão funestas conseqüências econômicas.

337 Ainda no Rio Grande do Sul, o meu govêrno contribuiu decisivamente para a conclusão das obras de uma das indústrias de transformação de produtos agrícolas naquele Estado, neste momento a depender apenas do acêrto dos últimos detalhes técnico-financeiros com o Banco do Brasil. Trata-se do feijão soja, cuja produção se está disseminando por todo o Brasil e, em particular, no Estado do Rio Grande do Sul. Além de devolver o azôto retirado da terra pela cultura do arroz e do trigo, a soja é uma semente de poderoso valor alimentício. Basta dizer que a carne possui 20 % de proteínas, ao passo que a semente do feijão soja possui cêrca de 48 %, resultando daí uma sen-

sível baixa no custo de um elemento fundamental à alimentação; enquanto 100 gramas de proteína de carne custam atualmente Cr$ 18,00, a mesma quantidade, extraída do feijão soja, custa apenas Cr$ 2,00, isto é, nove vêzes menos.

Vou ampliar agora esta exposição para outros 338
setôres de realizações já concretizadas e de planejamentos elaborados no meu govêrno. E o povo brasileiro sabe, pelo que pude apresentar da minha obra no govêrno de Minas Gerais, que a palavra planejamento, na linguagem do seu atual presidente da República, não quer dizer ficar no papel. Significa passar para a ação e fazer de fato.

Revelo agora que começamos a realizar o programa 339
rodoviário do govêrno, estando a executar-se dez mil quilômetros de construção e três mil quilômetros de pavimentação. A par disso, concluem-se os estudos para a grande ampliação de tôda a rêde rodoviária do país. Simultâneamente, estamos tratando de elevar o capital da Petrobrás para vinte biliões de cruzeiros e de formar um fundo de expansão e reaparelhamento das estradas de ferro. A revisão do impôsto único sôbre combustíveis, transformando-o em *ad valorem*, permitirá atender em 75 % as metas rodoviárias, em 15 % a ampliação do capital da Petrobrás e em 10 % ao fundo rodoviário. Dentro de poucos dias enviarei mensagem ao Congresso Nacional, propondo a alteração do impôsto único sôbre combustíveis e sua vinculação a três programas essenciais para o nosso desenvolvimento econômico — as rodovias, as ferrovias e o petróleo.

O programa ferroviário, cujas linhas já se acham 340
estabelecidas, exigirá ainda substanciais financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, sendo indispensável por estas e outras razões que o Congresso aprove o projeto de lei que prorroga a cobrança dos tributos que constituem os fundos de aplicação do citado Banco.

341 O programa da Petrobrás se cumprirá com o aumento do seu capital e com o metódico e seguro suprimento de recursos em moeda estrangeira que vêm sendo garantidos a essa emprêsa.

342 Voltei-me também para o problema da marinha mercante. Ao mesmo tempo em que estamos providenciando a compra imediata de novos barcos para a cabotagem, preparamos a nova e tão reclamada legislação especial, que dará às companhias de navegação, quer privadas, quer governamentais, o instrumento de capitalização necessário à sua permanente expansão.

343 Quanto à energia elétrica, quero proclamar que aprovei e submeti há alguns dias ao Congresso o plano da Comissão do Vale do São Francisco, onde se destaca a construção da barragem das Três Marias. Estudos sérios e complexos se ultimam, ao mesmo tempo, sôbre o abastecimento da energia de tôda a região centro-sul do país. Espero ter elementos, dentro de dois ou três meses, para grandes decisões: uma delas é a da construção da usina de Furnas, com 1.400.000 cavalos-vapor.

344 Por outro lado, ainda êste mês, concluiremos os estudos de uma política governamental de incentivo à implantação da indústria automobilística no país. Estou certo de que dêsses trabalhos resultará uma imediata decisão dos vários grupos que planejam fabricar automóveis, caminhões e tratores no Brasil. Aliás, à conta dos nossos empreendimentos e atividades na Presidência da República, devo colocar as dezenas de iniciativas privadas a que se decidiram industriais estrangeiros e nacionais na base de um clima de confiança, sòmente possível porque foram diretamente estimulados pelo govêrno.

345 Por fim, uma outra notícia de marcante importância e significado, e que é uma decisão enérgica do govêrno, tenho a satisfação de oferecer também ao povo brasileiro. A Sumoc tomará amanhã uma resolução quanto a câmbio que importa numa abertura dos portos do

Brasil. Importa, sim, na abertura dos nossos portos para um movimento de exportação mais livre, mais amplo e mais de acôrdo com as nossas possibilidades. E tenho a certeza, porque isto, aliás, é o que tem acontecido em todos os países ricos ou enriquecidos — que uma política de incentivo à exportação, como a resolução da Sumoc, criará as condições para o aumento da nossa produção industrial e agrícola de modo a têrmos sempre excedentes a exportar. Poderá agora o nosso país entrar numa fase de conquista de mercados para as nossas manufaturas.

Tudo isto, tudo o que enumerei e anunciei, e foram 346
sòmente algumas providências e algumas realizações, ao lado de outras já proclamadas — tudo isto só pode ser obra de um govêrno que planeja, delibera e executa, que trabalha e produz, que se acha animado de vitalidade e entusiasmo criador.

Desta exposição será justo concluir-se que perma- 347
neço fiel, no meio de tantos outros empreendimentos, aos três pontos básicos de meu programa de candidato: energia, transporte e alimentação. E tôdas as reformas que prometi, na campanha eleitoral, algumas delas, como a reforma da Constituição, anunciadas por mim com grande antecipação, no dia mesmo em que fui proclamado candidato do Partido Social Democrático, na convenção de 10 de fevereiro, e que em nome do govêrno me cabe orientar e comandar, ainda por êste motivo, além do que decorre de minha condição de chefe de Estado — tôdas essas reformas de base e estrutura — a reforma Constitucional, a reforma eleitoral, a reforma administrativa, a reforma agrária, a reforma da previdência social, a reforma do crédito rural — tôdas elas já estão sendo estudadas com prioridade e, dentro de mais dois ou três meses, serão enviadas ao Congresso Nacional em mensagem do presidente da República, sem falar na lei de revisão do salário mínimo, que vou decretar em breve, usando de

uma atribuição que me é privativa, nos têrmos da Constituição.

348 Mereço do povo um crédito de confiança e ao povo peço que espere os resultados do meu trabalho e da ação do meu govêrno. Não poderia apresentar êstes resultados em três meses, nem eu, nem ninguém, nem tal seria possível no Brasil como em nenhum outro país do mundo. Perguntem ao agricultor, ao homem da terra, dotado que é de prudência e paciência, se êle não deve esperar e não sabe esperar quando lança a semente no solo. E nenhuma semente frutifica ou floresce sem o tempo , o tempo impôsto sàbiamente pela natureza e que ninguém pode acelerar ou violar com apelos e gestos de impaciência, por mais compreensíveis e bem intencionados que sejam.

349 Sejamos objetivos e justos: o que o povo está vendo e sentindo em efeitos e resultados nestes três meses não faz parte ainda da minha obra nem do meu govêrno. Nestes primeiros meses, o que está aparecendo são os reflexos inevitáveis da herança que recebi, enquanto não houve ainda tempo para que aparecessem os frutos das providências e da ação do meu govêrno. Mas êstes frutos virão dentro de algum tempo em forma de riqueza nacional e melhores condições de vida para o povo. É para isto que o presidente da República, que elegestes para governar o Brasil e ser responsável pelos seus destinos durante cinco anos, fêz desde o dia 1.º de fevereiro a doação de sua pessoa, e de tôdas suas horas e preocupações, ao serviço da sua terra e da sua gente, no Palácio do Catete e em todos os recantos do território nacional pelos quais viaja para estudar os problemas nas fontes, para tudo observar de perto, para governar em contato direto com o povo, e para não se deixar estiolar na estufa de um palácio governamental, e para sentir viva a realidade que lhe chega nos papéis do govêrno e do Estado. E aqui vos deixo por fim, brasileiros, um apêlo que merece ser ouvido e atendido:

esperai e confiai no meu govêrno, com a certeza também de que não fraudarei a vossa confiança, nem decepcionarei as vossas esperanças.